

Planeamento estratégico da Universidade do Minho

Relatório elaborado a solicitação do Conselho Geral

Preâmbulo

Por iniciativa do Conselho Geral da Universidade do Minho (UM), foi permitido à Comunidade Académica, através de uma metodologia que todos os participantes já conhecem, participar numa fase que se pode designar como “um pré-planeamento estratégico” que incidiu, principalmente, sobre 5 (cinco), questões, consideradas mais relevantes no momento atual, sem coartar a possibilidade dos grupos darem a sua opinião acerca de outros aspetos.

Não podemos deixar de louvar esta iniciativa que, esperamos, venha a ser profícua para toda a Academia e que nos traz à memória a organização da Pólis grega (Cidade-Estado, Assembleia dos Cidadãos).

Aliás, sempre que possível, as Universidades devem seguir este modelo pois são Instituições em cujo desenvolvimento estratégico devem participar todos os seus “cidadãos”, contribuindo, assim, para colocá-las ao serviço de um saber maior, transmitido de forma a melhorar a vida de todos, seja material ou imaterialmente.

Num Estado de Direito, em que o cidadão e o seu meio devem ser as suas principais preocupações, cabe às Universidades indicar as melhores soluções: investigando, aprendendo e ensinando, pelo apoio e ou pela crítica.

A evolução faz-se pelo conhecimento (ação de aprender através da experiência), do que fomos, do que somos e do que poderemos ser.

Entendemos assim que as Universidades nunca poderão estar ou confundir-se com qualquer tipo de poder porque só o conhecimento as liberta e capacita-as de o dominar. As suas pegadas devem ser as primeiras, tendo apenas como limite a defesa daquele mínimo ético imutável ao longo dos tempos, protetor daquele pontinho no universo: **o Homem**.

Outrossim, o planeamento estratégico nunca poderá ser tão pormenorizado e extenso que reduza ou mesmo descaraterize as funções ou, mesmo, a essência destas organizações.

Considerações sobre as questões em análise

1 – Entende ser oportuna a eventual fusão/reconversão ou extinção de unidades orgânicas de ensino e investigação, subunidades e de serviços?

A Universidade é uma organização dinâmica pelo que deve considerar como natural o processo de eventuais fusões, reconversões ou mesmo extinções.

O que não é justificável é que faça depender essas situações de conjunturas económicas ou outras, nem permitir que outros o imponham fundamentando-se nessas razões. Por isso a independência destas instituições de qualquer tipo de poder é fundamental à sua existência.

A comunidade tem de as preservar e entender a sua indispensabilidade, elevando os seus índices de qualidade e desvalorizando a quantidade e a massificação sem critérios, impedindo as pressões externas.

Deve, isso sim, basear essas opções num pensamento estratégico interno e não condicionado a circunstâncias exteriores.

A Universidade existe também para prever antes dos outros as mudanças económicas, sociais ou outras (as suas pegadas sempre à frente), e encontrar as melhores soluções para resolver esses conflitos e não, fazer parte deles.

2 – O que pode a Universidade do Minho fazer para melhor interagir com a comunidade e quais devem ser os seus parceiros estratégicos?

É nosso entendimento que a interação com a comunidade pode funcionar a vários níveis: institucional, individual e empresarial.

Abrir os Campi à comunidade mas sempre direcionado para o ensino e ou investigação que acontece na UM.

Intercâmbio cultural com a “prata da casa” utilizando os espaços da Instituição.

A existir uma preferência pelos parceiros estes seriam sempre os antigos alunos que promoveriam a UM e promover-se-iam, nas suas áreas de intervenção profissional, realizando regularmente atividades de atualização, de curta ou longa duração.

Com a globalização, a oferta e procura de trabalho dos antigos alunos por novos destinos promoverá, inevitavelmente, a abertura da Instituição a outras realidades o que favorece e facilita a diversificação do ensino, da investigação e a sua transmissão, assim como, provocará, naturalmente, a captação de novos alunos e novos públicos para os vários graus de ensino.

A interação com o mundo empresarial deve ser realizada com base em parcerias estratégicas em sectores de tecnologia avançada com ênfase na transferência de conhecimento materializada, nomeadamente, na criação de patentes industriais de grande valor acrescentado.

3 – Perante as adversidades financeiras com que a UM se está a defrontar, quais as soluções que poderiam ser encontradas para a superação deste problema?

Políticas de poupança energética que passam por uma alteração de atitudes comportamentais dos utentes. Sempre que possível, implementação nos edifícios de energias renováveis, antecedidas de estudos efetuados pelos serviços competentes dos resultados que poderão ser conseguidos num determinado período (que não pode ser muito curto), tendo em conta os custos/benefícios.

A execução de uma nova política de overheads que, permitindo uma maior maleabilidade e motivação dos investigadores, possa contribuir, por esta via, para o aumento de receitas da UM.

Evitar o recurso aos tribunais, cujos custos para a UM já são consideráveis, promovendo-se a utilização de procedimentos preventivos e, mesmo corretivos, tendo sempre em conta a boa imagem da instituição que deverá zelar pelos

interesses legalmente protegidos daqueles que com a UM se relacionam, assim como, pelos seus interesses.

Promover, atempadamente e de forma concertada entre os serviços envolvidos, um maior controle sobre o recebimento de verbas devidas à UM, exigindo o seu pagamento em tempo.

Estudar a possibilidade de cumprir o tempo de trabalho obrigatório (horário) de forma mais contínua, nos serviços em que haja essa possibilidade, como acontece noutros países, o que levará a uma redução temporal na utilização dos espaços e meios que exigem sempre recursos energéticos, diminuindo-se o seu tempo de utilização e consequentemente, o seu custo.

4 – Que estratégia e formas de organização devem orientar o desenvolvimento e a internacionalização da investigação da UM?

Parcerias estratégicas com Escolas e Centros de Investigação reconhecidos internacionalmente.

Especial atenção aos países emergentes, como China, Brasil e Índia, empenhando-nos em conseguir intercâmbios nas áreas de investigação, formação e apoio especializado, em universidades e ou empresas.

5 – Quais entende serem as prioridades estratégicas da UM para os próximos quatro anos?

Criação de uma nova política institucional que possibilite a identificação de potencialidades da propriedade intelectual no sentido de se verificar se existem possibilidades inovadoras de aplicação industrial.

Estruturação de uma política agressiva de financiamento.

No âmbito do ensino, captação de novos públicos criando projetos de ensino especializados e de curta duração.

Criação de um corpo de pessoal não docente, profissionalizado e devidamente especializado que permita à UM o cumprimento da sua missão e objetivos. Particular atenção deve ser dada ao incentivo da formação de nível elevado a esse corpo de pessoal.

Criar e estabelecer uma ideia estratégica para a estruturação e desenvolvimento harmonioso e sustentável do ensino superior na região do Minho.

Grupo de Trabalho

Para a reflexão sobre as questões formuladas e sequente elaboração do presente Relatório, o Grupo de Trabalho (GT 36) não contou com a participação dos seguintes elementos: Professor Auxiliar José António Purificação Martins (EE) que invocou indisponibilidade para participar neste processo; e Jorge Miguel Gonçalves Monteiro (aluno do MIEGI) que não respondeu a solicitação de contacto.

A composição do Grupo de Trabalho passou a contar com os seguintes elementos, que assumem a responsabilidade pelo presente Relatório:

- Prof. Catedrático José Manuel Pereira Vieira (EE)
- Prof. Associado António Gil Pereira Castro (ECS)
- Prof. Auxiliar Isabel Silva Lopes (EE)
- Dra. Helena Manuela Dias Oliveira Ramos (AJ)